

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 25 de fevereiro de 2021

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e 01 de janeiro de 2019 (Em milhares de reais)				
ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	52.265	55.771	32.306
Contas a receber de clientes	5	5.063	9.016	33.000
Ativo financeiro	7	200.550	187.130	177.743
Impostos a recuperar		6.464	6.494	5.455
Outros créditos		731	965	771
Total do ativo circulante		265.073	259.376	249.275
Ativo não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras - caixa restrito	8	74.682	72.669	48.529
Ativo financeiro	7	3.492.909	3.446.313	3.451.184
Impostos a recuperar		117.969	66.746	16.916
Outros créditos		50	-	21
Total do realizável a longo prazo		3.685.610	3.585.728	3.516.650
Imobilizado		2.281	2.477	2.083
Total do ativo não circulante		3.687.891	3.588.205	3.518.733
Total do ativo		3.952.964	3.847.581	3.768.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)						
	Nota	Capital social		Reservas de lucros		Total
		Subscrito	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva especial	
Saldos em 1º de janeiro de 2019 (anteriormente apresentado)		468.515	11.035	157.244	52.416	689.210
Ajustes realizados em anos anteriores		-	-	-	-	(32.725)
Saldos em 1º de janeiro de 2019 (reapresentado)		468.515	11.035	157.244	52.416	656.485
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	76.953
Destinações:						
Reserva legal	9.b (i)	-	2.211	-	-	(2.211)
Constituição de reserva especial	9.b (ii)	-	-	-	10.504	(10.504)
Constituição de reserva de retenção de lucros	9.b (ii)	-	-	31.513	-	(31.513)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)		468.515	13.246	188.757	62.920	733.438
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	118.643
Destinações:						
Reserva legal	9.b (i)	-	5.932	-	-	(5.932)
Dividendos obrigatórios (25%)	9.c	-	-	-	-	(28.178)
Dividendos propostos	9.c	-	-	-	(21.500)	(21.500)
Constituição de reserva de retenção de lucros	9.b (ii)	-	-	84.533	-	(84.533)
Transferência reserva especial para reserva de retenção de lucros		-	-	41.420	(41.420)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		468.515	19.178	314.710	-	802.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto operacional: O Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo, foi constituída em 03 de julho de 2013, tendo por objeto social a prestação de serviços de operação, manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo do Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Empreendimento"), inclusive, manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial das unidades e dos sistemas do Empreendimento, bem como a execução de obras pertinentes ao Empreendimento. Os negócios da Companhia são geridos em conformidade com as disposições do edital de cessão e com as condições e especificações do contrato de parceria público-privada ("Contrato PPP"), celebrado em virtude do procedimento licitatório promovido pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp ("Poder Concedente"). O prazo total do contrato de concessão é de 300 meses (25 anos), composto de uma fase inicial de obras, com valor total de investimento de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, e uma fase de operação do empreendimento. Conforme previsto em cláusulas contratuais, o contrato obteve eficácia a partir de 10 de abril de 2014, com o cumprimento das exigências estabelecidas. Em 23 de maio de 2018 por intermédio da celebração de contrato de compra e venda, foi alterado o controle da Companhia Sistema Produtor São Lourenço S.A. que até a respectiva data era da Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e da Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e passou então a ser da Empresa CGGC Construtora do Brasil Ltda. Esta alteração de controle foi aprovada tanto pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, quanto pelos agentes financeiros Caixa Econômica Federal, Banco Itaú e Banco Bradesco. A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp autorizou o início da fase de operação do sistema a partir do dia 10 de julho de 2018 com a emissão da Autorização de Prestação de Serviços e emissão da Autorização da Operação do Lodo, após a comprovação pela Sabesp da disponibilização da capacidade de tratamento e adução de água.

2. Base de elaboração: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às práticas utilizadas pela administração na sua gestão de negócio. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **COVID-19 (Coronavírus):** Os serviços executados pela Companhia se enquadram como serviços essenciais, uma vez que, esses serviços visam garantir, em conjunto com o Poder Concedente, a continuidade da operação de abastecimento de água do Sistema Produtor São Lourenço S.A. A Companhia implementou várias medidas de prevenção para que seus empregados não sejam expostos a situações de risco, tais como: (i) utilização da prática de home-office particularmente nos setores administrativos e para todos os empregados com mais de 60 anos; (ii) restrição de viagens nacionais e internacionais, bem como implantação de quarentena para todos os profissionais que retornam de deslocamentos internacionais; (iii) emissões periódicas de Boletins Informativos buscando orientar os funcionários quanto às melhores práticas a serem adotadas para prevenção da pandemia; e (iv) ter sido realizadas checagens diárias em todos os profissionais e funcionários que atuam na operação do sistema para garantir que os mesmos não apresentem sintomas da COVID-19; entre outras. A Companhia tomou adicionalmente todas as medidas de prevenção necessárias para que os empregados com funções estratégicas possam cumprilas sem agravar o risco de contaminação, garantindo a continuidade na prestação dos serviços essenciais. A Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, a mensuração do valor justo, as provisões de contingências e passivas, os *covenants*, o reconhecimento de receita e as perdas esperadas e não identificou fatores ou eventos que pudessem sugerir que os saldos apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 tiveram impacto significativo em decorrência da pandemia da COVID-19. Até o momento, não houve impacto nas receitas e o aumento de custos decorrentes da pandemia puderam ser absorvidos pela Companhia sem maiores consequências. Como ainda não é possível avaliar todos os impactos que a COVID-19 poderá eventualmente trazer no futuro, esse tema permanece em constante monitoramento pela Administração da Companhia.

3. Sumário das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, as quais estão listadas abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicado ao contrário. **Receita operacional: (i) Receita de construção e a receita de atualização do ativo financeiro: Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas:** a receita de construção e a receita de atualização do ativo financeiro são provenientes do contrato de concessão. A Companhia foi contratada para construir o Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço S.A. que após sua conclusão começou a emitir faturas mensalmente que normalmente são pagas em 30 dias. **Política de reconhecimento da receita:** a receita de benefício de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** Não reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. A Companhia possui somente ativos financeiros classificados como custo amortizado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração é focada em obter altas margens de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre o valor ou a época dos fluxos de caixa e os custos de relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. **Ativos financeiros - avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia aos fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(ii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a

diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(ii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social diferidos. O imposto diferido é reconhecido no resultado. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis. As estimativas inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia avalia suas estimativas e premissas mensalmente. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui somente processo com probabilidade de perda possível, incluído na Nota Explicativa nº 16, **Capital social: Ações ordinárias** são classificadas como capital social no patrimônio líquido. Cada ação ordinária nominativa da Companhia confere ao titular direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia. **Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; e • Atualizações monetárias resultantes de aplicações financeiras, usando o método de taxa efetiva de juros. As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, reconhecidas pelo regime de competência *pro rata temporis*. A receita e a despesa de juros são reconhecidas prospectivamente, conforme abaixo: **(i) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 7 - Ativo financeiro; • Nota Explicativa nº 13 (b) - Imposto de renda e contribuição social diferidos; e • Nota Explicativa nº 16 - Provisão para contingências. **(ii) Mensuração do valor justo:** Uma série de divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia (Nível 1 ao 3) baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação de mercado. A Companhia possui seus instrumentos financeiros classificados no Nível 2; "inputs" exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa nº 15 - Instrumentos financeiros. **Redução ao valor recuperável (Impairment): (i) Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito no balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuflabilidades de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em 31 de dezembro de 2020, os ativos financeiros com problemas de recuperação pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. **3.1. Retificação de erros:** Após o recebimento em 17 de maio de 2020, do termo de ciência em resposta a consulta realizada à Receita Federal, a Companhia revisou os critérios de tributação do PIS e da COFINS sobre a receita de atualização do ativo financeiro enquadrando-a no regime não-cumulativo, tributadas à alíquota básica de 9,25%, anteriormente tributada pelo regime cumulativo à alíquota básica de 4,65%. Em função dessa alteração, a Companhia está reprocessando as suas demonstrações contábeis e corrigindo o CPC 25 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação de erro, representando os valores dos tributos, conforme demonstrado a seguir. Os erros foram corrigidos pela apresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados. A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

Impactos da retificação de erros			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Balanço patrimonial 1º de janeiro de 2019			
Outros ativos	249.275	-	249.275
Total do ativo circulante	249.275	-	249.275
Outros ativos	3.518.733	-	3.518.733
Total do ativo não circulante	3.518.733	-	3.518.733
Total do ativo	3.768.008	-	3.768.008
Outros passivos	153.360	-	153.360
Total do passivo circulante	153.360	-	153.360
Imposto de renda e contribuição social diferidos	113.813 (16.857)	-	96.956
Tributos diferidos	49.606 49.582	-	99.188
Outros passivos	2.762.019	-	2.762.019
Total do passivo não circulante	2.925.438	32.725	2.958.163
Reservas de lucros	220.695 (32.725)	-	187.970
Outros	468.515	-	468.515
Total do patrimônio líquido	689.210	(32.725)	656.485
Total do passivo e patrimônio líquido	3.768.008	-	3.768.008

Impactos da retificação de erros			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2019			
Outros ativos	259.376	-	259.376
Total do ativo circulante	259.376	-	259.376
Outros ativos	3.588.205	-	3.588.205
Total do ativo não circulante	3.588.205	-	3.588.205
Total do ativo	3.847.581	-	3.847.581
Impostos e contribuições a recolher	5.000	319	5.319
Outros passivos	166.244	-	166.244
Total do passivo circulante	171.244	319	171.563
Imposto de renda e contribuição social diferidos	159.240 (22.550)	-	136.690
Tributos diferidos	50.595 66.006	-	116.601
Outros passivos	2.689.289	-	2.689.289
Total do passivo não circulante	2.899.124	43.456	2.942.580
Reservas de lucros	308.696 (43.775)	-	264.921
Outros	468.515	-	468.515
Total do patrimônio líquido	777.213	(43.775)	733.438
Total do passivo e patrimônio líquido	3.847.581	-	3.847.581

Impactos da retificação de erros			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2019			
Outros ativos	259.376	-	259.376
Total do ativo circulante	259.376	-	259.376
Outros ativos	3.588.205	-	3.588.205
Total do ativo não circulante	3.588.205	-	3.588.205
Total do ativo	3.847.581	-	3.847.581
Impostos e contribuições a recolher	5.000	319	5.319
Outros passivos	166.244	-	166.244
Total do passivo circulante	171.244	319	171.563
Imposto de renda e contribuição social diferidos	159.240 (22.550)	-	136.690
Tributos diferidos	50.595 66.006	-	116.601
Outros passivos	2.689.289	-	2.689.289
Total do passivo não circulante	2.899.124	43.456	2.942.580
Reservas de lucros	308.696 (43.775)	-	264.921
Outros	468.515	-	468.515
Total do patrimônio líquido	777.213	(43.775)	733.438
Total do passivo e patrimônio líquido	3.847.581	-	3.847.581

Impactos da retificação de erros			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2019			
Outros ativos	259.376	-	259.376
Total do ativo circulante	259.376	-	259.376
Outros ativos	3.588.205	-	3.588.205
Total do ativo não circulante	3.588.205	-	3.588.205
Total do ativo	3.847.581	-	3.847.581
Impostos e contribuições a recolher	5.000	319	5.319
Outros passivos	166.244	-	166.244
Total do passivo circulante	171.244	319	171.563
Imposto de renda e contribuição social diferidos	159.		

a fase de amortização do financiamento, restrições em relação à distribuição de dividendos, limitação de endividamento de curto prazo e mudança acionária da Companhia, e garantias foram prestadas tais como cessão de direitos do contrato de concessão. A Administração monitora essas exigências, as quais foram atendidas em 31 de dezembro de 2020. A movimentação dos financiamentos no exercício é como segue:

	2020	2019
Saldo inicial	2.838.959	2.899.388
Fluxo com efeito em caixa:		
Pagamento de principal	(73.630)	(68.497)
Captações do financiamento	-	5.796
Pagamento do custo de transação	(83)	(108)
Pagamento de juros	(213.532)	(218.719)
Subtotal - fluxo de caixa	2.551.714	2.617.860
Variações sem efeito em caixa:		
Provisão de juros	215.873	221.099
Saldo final	2.767.587	2.838.959

As parcelas de longo prazo, em 31 de dezembro de 2020, vencem como segue:

	2020	2019
2022		153.742
2023		153.742
2024		153.742
Após 2025		2.152.385
Total		2.613.611

9. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 468.515 (R\$ 468.515 em 31 de dezembro de 2019), representado por 24.436.491 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em ambos os períodos. **b) Reserva de lucros: (i) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

	2020	2019
Reserva legal:		
Lucro líquido do exercício	118.643	76.953
Absorção do prejuízo de exercícios anteriores	-	(32.725)
Base de cálculo da reserva legal	118.643	44.228
Constituição da reserva legal (5%)	(5.932)	(2.211)

(ii) Reserva de retenção de lucros: É destinada para a realização de investimentos e/ou distribuição de dividendos acumulados. **(iii) Reserva especial:** Em 30 de abril de 2018 por meio de Ata de Assembleia Ordinária (AGO), foi aprovado que não haveria distribuição de dividendos obrigatórios, tendo em vista a vedação que a Companhia está sujeita até o encerramento do exercício social de 2019, por força das estipulações contidas a tal respeito no Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento mediante Repasse de Recursos do FGTS, e contratos correlatos, firmados pela Companhia em 04 de dezembro de 2014. O dividendo obrigatório apurado conforme demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 foi destinado à conta de reserva de lucros, registrando-se a título de reserva especial, até que se pudesse verificar o cumprimento das condições que viabilizariam a distribuição de dividendos pela Companhia, previstas no referido Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento mediante Repasse de Recursos do FGTS, e contratos correlatos. Em 2020 com o cumprimento das condições a Companhia voltou a realizar a distribuição dos dividendos mínimos. **c) Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período ajustado na forma da lei. Em 2020 foi paga uma parte dos dividendos obrigatórios constantes na Reserva Especial da Companhia no valor de R\$21.500.

	2020	2019
Dividendos propostos		
Lucro líquido do exercício	118.643	76.953
Absorção do prejuízo de exercícios anteriores	-	(32.725)
Constituição da reserva legal - Nota Explicativa nº 9.b (i)	(5.932)	(2.211)
Base de cálculo dividendos	112.711	42.017
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	25%	25%
Dividendos obrigatórios	28.178	-
Reserva especial - Nota Explicativa nº 9.b (iii)	-	10.504

Movimentação:

	2020	2019
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020		
Dividendos obrigatórios (25%)		28.178
Dividendos propostos		21.500
Dividendos pagos		(21.500)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		28.178

10. Receita líquida de serviços: A seguir está demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	2020	2019
Receita de construção	2.137	1.908
Receita de operação	38.273	37.153
Receita de atualização do ativo financeiro	429.978	363.968
Receita bruta	470.388	403.029
Impostos sobre receitas de construção e atualização do ativo financeiro - diferidos	(39.971)	(33.844)
Impostos sobre receitas de operação - correntes	(3.540)	(3.437)
(-) Impostos sobre receita	(43.511)	(37.281)
Receita líquida de serviços	426.877	365.748

11. Informações sobre a natureza de custos e despesas na demonstração do resultado: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2020	2019
Custos de construção	(1.881)	(1.680)
Custos de operação (*)	(24.313)	(23.890)
Serviços de terceiros	(1.848)	(1.764)
Salários, encargos sociais e benefícios	(6.492)	(6.164)
Matéria-prima, materiais de uso e consumo e outros	(1.480)	(1.598)
Total	(36.014)	(35.096)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(26.194)	(25.570)
Despesas gerais e administrativas	(9.820)	(9.526)
Total	(36.014)	(35.096)

(*) Referem-se aos custos com materiais, pessoal, serviços de terceiros, seguros e outros no exercício.

	2020	2019
12. Resultado financeiro		
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.164	5.878
Variação monetária	2.627	2.102
Descontos obtidos	35	-
Outras	-	2
Total	5.826	7.982

	2020	2019
Despesas financeiras:		
Juros e amortização dos custos de captação sobre financiamento (Nota Explicativa nº 8)	(215.873)	(221.099)
Juros sobre financiamento com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 6)	(157)	(469)
Comissão de fiança bancária	(358)	-
Varição monetária	(85)	-
Despesas bancárias	(41)	(163)
Outras	(244)	(191)
Total	(216.758)	(221.922)
Varição cambial, líquida	(90)	(26)
Resultado financeiro	(211.022)	(213.966)

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social creditados ao resultado do exercício:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	179.841	116.686
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	(61.146)	(39.673)
Ajuste para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos (Despesa) de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício	(61.198)	(39.733)

b) Imposto de renda e a contribuição social diferidos no balanço patrimonial:

	01/01/2019		31/12/2019	
Ativo:	(reapresentado)	Movimentações	(reapresentado)	
	Saldo Inicial	Adições	Reversões	Saldo Final
Provisões diversas	1.359	1.566	(1.339)	1.586
Prejuízo fiscal	252.999	61.012	-	314.011
Saldo	254.358	62.578	(1.339)	315.597
Passivo:				
Provisão sobre as receitas de serviços	(351.314)	(112.799)	11.826	(452.287)
Saldo	(351.314)	(112.799)	11.826	(452.287)
Líquido	(96.956)	(50.221)	10.487	(136.690)

	31/12/2019		31/12/2020	
Ativo:	(reapresentado)	Movimentações	(reapresentado)	
	Saldo Inicial	Adições	Reversões	Saldo Final
Provisões diversas	1.586	1.633	(1.453)	1.766
Prejuízo fiscal	314.011	59.492	-	373.503
Saldo	315.597	61.125	(1.453)	375.269
Passivo:				
Provisão sobre as receitas de serviços	(452.287)	(133.099)	12.229	(573.157)
Saldo	(452.287)	(133.099)	12.229	(573.157)
Líquido	(136.690)	(71.974)	10.776	(197.888)

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, com base nas projeções da Companhia indicam a realização a partir de 2024.

14. Tributos diferidos: Em 31 de dezembro de 2020, os saldos dos tributos diferidos são representados pelo reconhecimento de PIS e COFINS de R\$ 143.888 (R\$ 116.601 em 31 de dezembro de 2019 - reapresentado) e R\$ 99.188 em 1º de janeiro de 2019 - reapresentado), constituídos sobre as receitas e os custos de construção, em decorrência das diferenças fiscais e societárias entre o reconhecimento e o recolhimento desses tributos.

15. Instrumentos financeiros: Classificação contábil e valores justos:

Ativos financeiros	Categoria	Nível	2020		2019	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	-	52.265	52.265	55.771	55.771
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	5.063	5.063	9.016	9.016
Ativo financeiro	Custo amortizado	2	3.693.459	3.693.459	3.633.443	3.633.443
Aplicações financeiras - caixa restrito	Custo amortizado	-	74.682	74.682	72.669	72.669
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	4.062	4.062	4.265	4.265
Financiamentos	Custo amortizado	2	2.767.587	2.767.587	2.838.959	2.838.959
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	Custo amortizado	-	730	730	318	318
Empréstimos - Partes relacionadas	Custo amortizado	2	-	-	8.324	8.324

O valor justo do ativo financeiro e do financiamento contratado pela Companhia (Programa Saneamento para Todos) equivale ao valor registrado contabilmente, uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo do empréstimo com partes relacionadas equipara-se ao valor contábil, em virtude do curto prazo de vencimento do empréstimo. Em relação aos demais saldos contábeis, a Administração considera que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. **Exposição a riscos de taxas de juros:** A Companhia está exposta a Taxa de Juros Referencial (TR) no financiamento e a taxa de juros CDI no empréstimo com partes relacionadas. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	Indexador	2020	2019
Ativo:			
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	CDI	52.265	55.771
Aplicações financeiras - caixa restrito	CDI	74.682	72.669
Passivo:			
Financiamentos - TR	TR	2.767.587	2.838.959
Empréstimos - partes relacionadas	CDI	-	8.324

A Companhia está exposta a riscos em oscilações de taxas de juros em operações de aplicações financeiras e financiamentos, cuja avaliação da Administração está divulgada abaixo na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros. **Gestão de risco de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O financiamento contratado pela Companhia iniciou os desembolsos referentes à amortização do valor principal e parcela de juros em janeiro de 2019. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, bem como despesas com fornecedores, por faixa de vencimento, incluindo parcelas de principal e juros futuros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais e projeções futuras:

	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Fornecedores	4.062	-	-	-	4.062
Financiamentos	287.599	287.353	287.088	4.256.985	5.119.025
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	730	-	-	-	730

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros: Considerando os instrumentos financeiros mencionados anteriormente, a Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade que apresenta mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia, conforme descrito a seguir: **• Cenário-base:** manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2020. **• Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020. **• Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020. **Premissas:** Conforme descrito anteriormente, a Companhia entende que está exposta principalmente ao risco de variação do CDI e da TR, que são a base para atualização das aplicações financeiras, empréstimos com partes relacionadas e financiamentos. Nesse sentido, a seguir estão demonstrados os índices utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Operação	Risco	Cenário	Cenário adverso	Cenário remoto
Exposição a índices variáveis:				
Aplicações financeiras - CDI	Redução do índice	2.014	1.510	1.007
Financiamentos - TR (*)	Aumento do índice	(16.606)	(20.757)	(24.908)

(*) A análise de sensibilidade considera apenas a variação do componente TR sobre o saldo devedor do financiamento, não considerando a parcela de juros de 7,5% a.a.. O cenário-base é considerado pela Administração como o que melhor reflete suas expectativas, sendo este calculado com base em projeções disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações, tendo em conta até 12 meses de vencimento.

16. Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2020, inexistem causas cujo prognóstico é de perda provável, consequentemente, nenhuma provisão foi reconhecida. A Companhia possui causa com probabilidade de perda classificada como possível de R\$ 4.322 (R\$ 3.829 em 31 de dezembro de 2019) de riscos tributários, referente a processos de ISS.

17. Autorização para conclusão das demonstrações contábeis: Na reunião da Administração realizada em 25 de fevereiro de 2021, foi autorizada a emissão das demonstrações contábeis.

A Diretoria: Roberto Carlos Deutsch - Diretor Presidente | Jiang Hongbo - Diretor Financeiro | Nelson Nóbrega da Costa - Contador CRC 1SP 202165/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Sistema Produtor São Lourenço S.A.** São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sistema Produtor São Lourenço S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações contábeis de exercício anteriores examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações contábeis relativas aos valores correspondentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas originalmente antes dos ajustes devido a erros no registro de determinados tributos, descritas na nota explicativa 3.1, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificações, com data de 13 de fevereiro de 2020. Como parte da nossa auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, examinamos os ajustes nos valores correspondentes referentes as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os valores correspondentes referentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019

e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para

a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 25 de fevereiro de 2021

 Grant Thornton

Grant Thornton
Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Élica Daniela da Silva Martins
CT CRC 1SP-223.766/O-0